

EDUCAÇÃO E (NÃO) TRABALHO: INDAGAÇÕES SOBRE UMA RELAÇÃO SEMPRE CONTROVERSA, A PROPÓSITO DOS JOVENS QUE NÃO ESTUDAM NEM TRABALHAM¹

Luís Alcoforado²
Mafalda Frias³
António Rochette Cordeiro⁴
António Castro Fonseca⁵
Marta Oliveira⁶

RESUMO

A relação entre a educação formal e o trabalho produtivo, sendo uma das dimensões mais identificadoras da modernidade, sempre foi alvo de enorme controversa, que se tem renovado e aprofundado, a propósito das formas mais atípicas que vêm assumindo, mais recentemente, as transições dos jovens adultos para o mundo do trabalho. Em consequência da evolução global dos mercados e dos sistemas económicos, a generalidade dos países tem vindo a registar um número crescente de jovens que tendo abandonado a escola vão encontrando dificuldades que os afastam de possibilidades de (re) encontrar trabalho digno. Neste texto, partindo de uma revisão documental sobre esta situação na União Europeia e em países de diferentes continentes, conjugada com a apresentação de um estudo português, retiramos algumas ilações que nos permitem continuar a desenvolver um questionamento informado sobre a relação entre a educação e o trabalho.

Palavras-chave: Relação escola trabalho. Adulter emergente. Jovens que nem estudam nem trabalham.

INTRODUÇÃO

Como fez notar Habermas (2000), a relação entre a educação formal e o trabalho produtivo foi uma das marcas distintivas da modernidade. Na verdade, ao assumir-se como principal organizador

1 Trabalho efetuado em colaboração com o projeto PTDC/PSI-PED/104849/2008, "Comportamento anti-social e problemas de saúde mental em jovens adultos: continuidades e descontinuidades".

2 Doutor em Ciências da Educação, Professor da Universidade de Coimbra. E-mail: lalcoforado@fpce.uc.pt

3 Doutoranda em Ciências da Educação, Pesquisadora da Universidade de Coimbra E-mail: friasmafalda@gmail.com

4 Doutor em Geografia, Professor da Universidade de Coimbra. E-mail: rochetecordeiro@fl.uc.pt

5 Doutor em Psicologia, Professor da Universidade de Coimbra. E-mail: acfonseca@fpce.uc.pt

6 Mestre em Psicologia, Pesquisadora da Universidade de Coimbra

dos diferentes tempos sociais, o trabalho contribuiu para estruturar a vida das pessoas, das comunidades e das sociedades, em duas etapas fundamentais, reservando o período da infância para atividades educativas de preparação para uma segunda fase da vida, destinada ao desempenho de diferentes papéis sociais, entre os quais a participação, através de trabalho remunerado, na criação de riqueza, foi assumindo um papel autocraticamente dominante (MÉDA, 1999). A sua indissociabilidade da educação foi contribuindo para estruturar pirâmides sociais, consagrar alguns ganhos civilizacionais e, particularmente, após as décadas de setenta e oitenta do século vinte, questionar alguns entendimentos de desenvolvimentismo (WALLERSTEIN, 1999), mormente pelos condicionalismos mútuos que a globalização económica, de matriz turbo capitalista e neoliberal, obrigou a tornar menos confiáveis (STROMQUIST, 2002).

Em consequência disso, e se é verdade que, como resumiu Giddens (1997, p. 604), nas sociedades atuais continua a ser fundamental ter emprego para “manter o amor-próprio e como elemento estruturante da nossa condição psicológica”, os atuais mercados de trabalho, com características altamente estratificadas, vêm criando dificuldades de vulto, quando não mesmo inultrapassáveis (EBERSOLD, 2001) a um conjunto cada vez mais alargado de trabalhadores/as, colocando-os/as em situação de precariedade e de crescente proletarização. Caso particularmente preocupante, como vem sendo referenciado cada vez mais na literatura científica internacional (REIKO, 2005; YUJI, 2005; SACHDEV, HARRIES, e ROBERTS, 2006; STONE III, 2014; BERMUDEZ-LOBERA, 2014; CARDOZO, ARIAS e ESPINEL, 2016), é o que se refere à relação com o emprego, por parte dos jovens adultos. A dificuldade em assegurar transições satisfatórias e baseadas em trabalho digno e com os direitos mínimos, tem vindo a gerar problemas que vão sendo identificados como “geração *freeter*”, porque vai deambulando entre empregos precários e mal remunerados (REIKO, 2005), “geração *boomerang*”, porque tenta sair de casa dos pais, experimentando oportunidades de autonomia, mas acaba por regressar por incapacidade de rendimentos adequados (STONE III, 2014), ou, concentrando mais atenções e preocupações, por jovens NEET.

O termo NEET (*Not in employment, education or training*) foi formalmente introduzido a nível político, no Reino Unido, no final

da década de 90, numa publicação governamental – *Bridging the Gap Report*. Nos últimos tempos a problemática dos jovens NEET tem suscitado crescente interesse e preocupação, particularmente no seio da União Europeia, face à necessidade de um indicador de referência para os jovens inativos, desligados do mercado de trabalho e da educação, ou formação, cujas idades variam entre os 15 e os 24, os 29 e os 34 e, ainda, entre os 25 e os 34 anos. Noutros países, com iguais problemas e preocupações, o acrónimo NEET levou a outras designações: Portugal e Brasil – “Nem Nem” - nem estudam, nem trabalham; França – “Ni-Ni” - ni en emploi, ni en études, ni en formation; Espanha e países de língua oficial espanhola – “Ni-Ni” - ni estudian, ni trabajan (EUROFOUND, 2012).

Neste trabalho, propomo-nos abordar a problemática dos NEET, enquadrando-a em termos teóricos e conceituais e elaborando uma descrição compreensiva das suas características e fatores de risco, recorrendo à literatura disponível e aos relatórios oficiais mais recentes, trazendo num segundo ponto os dados de um estudo português, que procuram realçar a ligação entre os percursos escolares, algumas dimensões familiares e a situação atual dos jovens que não estudam nem trabalham. Estes dados correspondem ao terceiro momento de um estudo longitudinal, iniciado há mais de vinte anos e desenvolvido na Universidade de Coimbra, que para as variáveis que nos interessa tratar, envolve 705 jovens entre 25 e 34 anos, do município de Coimbra, que responderam a uma entrevista estruturada, com um alargado leque de questões. Conjugando os resultados obtidos com os dados coligidos nos relatórios internacionais, concluímos com uma reflexão crítica sobre a relação entre a educação e o (não) trabalho, para o caso concreto dos jovens adultos, confrontados com estes processos de transição.

NEET: CONCEITOS, CARATERÍSTICAS E FATORES DE RISCO

Ao longo da última década, organizações internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a Comissão Europeia (CE) e a Organização Internacional do trabalho (OIT) começaram a estabilizar a sua própria definição de NEET, de modo a padronizar o conceito. Já nesta década, o termo NEET foi sendo introduzido como indicador estatístico do desemprego e da situação social dos jovens, no quadro da Estratégia

de Crescimento Europa 2020, paralelamente à taxa de desemprego juvenil e à taxa de desemprego, passando a taxa NEET a definir a relação entre a população de jovens de um determinado grupo etário que não está a trabalhar, nem inserido no sistema educativo/formativo e a população total de jovens do mesmo grupo etário. O principal indicador NEET, de acordo com o Eurostat, abrange a faixa etária 15-29 anos e, para fins analíticos, é desagregado por sexo e disponibilizado para diferentes faixas etárias (EUROFOUND, 2012). Focando as diferenças entre a taxa de desemprego da população jovem e a taxa NEET, fica claro que, enquanto a primeira diz respeito à relação entre a população desempregada jovem e a população ativa jovem, a taxa NEET possibilita definir a relação entre a população não empregada (desempregada ou inativa) que não está a estudar (ou em formação) e a população total jovem.

A dimensão desta problemática tem vindo a assumir proporções significativas, pois se, por um lado, podemos encontrar jovens que optam por esta condição, permanecendo fora do mercado de trabalho e do sistema de ensino ou formação, por outro lado, encontramos aqueles que involuntariamente, e ao contrário da sua vontade, se veem incluídos nesta categoria. Neste amplo grupo, podemos encontrar NEET desempregados (aqueles que se mantêm à procura de emprego) e NEET inativos (aqueles que não estão a trabalhar, nem a estudar ou em formação, nem à procura de emprego), sendo que estes últimos não estão necessariamente registados nos serviços públicos de emprego, o que dificulta a sua sinalização. Da análise que vem sendo efetuada às trajetórias entre a escola e o mercado de trabalho têm resultado preocupações acrescidas, pois a situação de NEET não se revela, maioritariamente, um mero estado temporário, uma vez que alguns jovens permanecem nesta condição por longos períodos de tempo (CARCILLO, et al, 2015).

De modo a responder à efetiva heterogeneidade e assim alcançar uma melhor compreensão do grupo de NEET, a *European Foudation for the Improvement of Linving and Working Conditions* (EUROFOUND) propôs a delimitação de cinco categorias: (1) *Os desempregados convencionais* – o maior subgrupo, podendo ser subdivididos em desempregados de longa e curta duração; (2) *Os não disponíveis* – jovens que não estão disponíveis para o trabalho (ex: jovens cuidadores com responsabilidades familiares, jovens com deficiência ou doença); (3) *Os desencorajados* – jovens que

não procuram emprego ou educação/formação (descrença na escola e em encontrar um emprego que vá ao encontro das suas expectativas); (4) *Os que procuram uma oportunidade* – jovens que procuram, ativamente, trabalho ou formação, mas que estão à espera de oportunidades consideradas adequadas às suas capacidades e habilitações; (5) *Os voluntários* – jovens que decidiram seguir trajetórias de vida alternativas, estando envolvidos noutras atividades não formais (EUROFOUND, 2012).

Dentro de cada subcategoria estão presentes várias características sociodemográficas, destacando-se importantes fatores explicativos dos padrões de vulnerabilidade: qualificação, orçamento familiar, imigração, saúde, entre outros. Neste sentido, o Eurofound (2012) concluiu que duas grandes subcategorias de NEET surgem com características e fatores de risco muito diferentes: (1) os NEET vulneráveis - em risco de marginalização, que muitas vezes carecem de suporte social, cultural e humano; (2) os NEET não vulneráveis – com adequado suporte cultural, social e humano que, apesar de serem NEET, correm pouco risco de marginalização.

Uma análise mais densa dos principais fatores de risco relativos à condição NEET vai apontando para um conjunto de indicadores que sugerem como probabilidade mais elevada de um jovem se tornar NEET, a influência maior de variáveis referentes às condições sociais e económicas. De acordo com o Eurofound (2012), os níveis de qualificação constituem o principal fator de risco, acreditando-se, igualmente, que os jovens com baixos níveis de qualificação se encontram três vezes mais em risco de se tornar NEET, quando comparados com jovens com o ensino superior. De igual forma, dados da OCDE (CARCILLO et al, 2015), afirmam também que o fator associado à escolaridade dos jovens é determinante, uma vez que em quase todos os países da OCDE, os jovens com baixas qualificações se encontram fortemente representados (36% de todos os NEET), enquanto os altamente qualificados representam apenas 15%. Um estudo realizado no Japão reforça a existência de uma forte relação com os níveis de escolaridade, sublinhando as diferenças verificadas entre os jovens com formação superior e os de baixa escolaridade, uma vez que, enquanto os primeiros correspondem aos considerados NEET desempregados (procuram emprego), os segundos são mais propensos à inatividade (não procuram emprego) (YUJI, 2005).

Outro dos fatores evidenciados no âmbito desta problemática direciona-se para a imigração, constatando-se que os imigrantes ou descendentes de imigrantes têm maior probabilidade de se tornarem NEET (EUROFOUND, 2012). O jovem que tenha deficiência ou um problema de saúde revela, igualmente, maior risco de se tornar NEET (40%) quando comparado com outros jovens (EUROFOUND, 2012). No domínio mais específico da saúde mental, um estudo levado a cabo na Cidade do México mostrou que os jovens NEET têm maior risco de sofrer de transtornos psiquiátricos, de consumir substâncias e de desenvolver comportamentos suicidas, quando comparados com adolescentes que estudam, exclusivamente. Contudo, e dando conta de uma das limitações deste estudo, não é possível estabelecer uma relação de causalidade ou direccionalidade, uma vez que os transtornos mencionados podem assumir duas interpretações: contribuir para a probabilidade de um jovem se tornar NEET ou constituírem uma consequência do *status* NEET (BENJET et al, 2012).

Pessoas que vivem em zonas periféricas ou em cidades pequenas são até 1,5 vezes mais propensas a ser NEET em comparação com aqueles que vivem em cidades médias ou grandes. Os jovens com orçamento familiar baixo têm também maior probabilidade de se tornar NEET do que outros (EUROFOUND, 2012). De acordo com Yuji (2005), no Japão, um número significativo de NEET vem de famílias economicamente desfavorecidas, encontrando-se estes jovens mais propensos a condições de trabalho precárias e, conseqüentemente, a abandonar os seus postos de trabalho. Um importante dado, avançado pelo mesmo estudo, remete para a falta de confiança dos Jovens NEET ao nível dos seus conhecimentos e capacidades para o trabalho, ao sentirem que não possuem as competências adequadas para dar resposta às necessidades das empresas.

Juntamente com estas características individuais, certas influências intergeracionais e antecedentes familiares apresentam, igualmente, um impacto significativo: ter pais que experienciaram episódios de desemprego aumenta a probabilidade de se tornar NEET em 17%; aqueles cujos pais apresentam baixos níveis de qualificação são 1,5 vezes mais propensos a ser NEET do que jovens cujos pais têm o nível secundário; os jovens cujos pais são divorciados apresentam maior tendência (30%) de se tornar NEET do que outros jovens (EUROFOUND, 2012). Reiko (2006) identifica

dois grandes problemas: o primeiro assenta na constatação de que uma vez que alguém se torna NEET, é extremamente difícil tornar-se num trabalhador estável com benefícios e perspetivas de emprego a longo prazo; o segundo diz respeito ao facto de muitos jovens NEET viverem com os pais, colocando problemas de dependência permanente. A tendência para os rendimentos dos pais determinarem o nível educacional dos filhos, o nível de escolaridade determinar o tipo de emprego e o tipo de emprego determinar a oportunidade de adquirir novas competências tem vindo a ser fortalecida, pelo que urge interromper esta tendência para a divisão rígida por classe social.

Entre os fatores que provavelmente contribuirão para que os jovens se tornem e permaneçam NEET, poder-se-á incluir um currículo que não consegue envolver e motivar os jovens e também o diferente estatuto e reconhecimento atribuído às diferentes vias de educação e formação, com uma tendência que se vem generalizando de encarar algumas delas como mais destinadas a alunos menos capacitados. As atitudes negativas para com a escola resultantes do desinteresse, a má relação com os professores, as culturas anti escolares e as ofertas educativas com pouco valor no mundo do trabalho também contribuíram para que os jovens se tornassem NEET (DAVIES, 2005; SACHDEV, HARRIES, e ROBERTS, 2006). Por sua vez, Sachdev, Harries, e Roberts, (2006) sugerem um conjunto de fatores de risco que podem levar os jovens a desvincularem-se do sistema educativo/formativo, entre eles: a fraca realização escolar, muitas vezes associada à aquisição de competências em literacia e aritmética; estruturas familiares desfavorecidas, resultantes de baixos rendimentos dos pais, agravadas por viver em bairros pobres e situações de desemprego; baixas expectativas, baseadas em padrões de emprego anteriores, pelo isolamento geográfico exacerbado por fracas ligações de transportes públicos e pela existência de uma forte convicção de serem discriminados pelos empregadores devido à área de residência; ter uma doença crónica, dificuldade de aprendizagem, deficiência ou necessidades educativas especiais; ser um cuidador; ter problemas de saúde mental; estar associado a trajetórias de abuso de drogas e álcool; integrar contextos com um mercado de trabalho local que proporciona perspetivas muito limitadas.

Na União Europeia, de acordo com dados do Eurostat (2015), existem quase 90 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos, representando 17% da sua população. Estes jovens encontram-se em

situações muito diferentes, com padrões de qualificação e emprego que variam consideravelmente entre os Estados-Membros e por faixa etária, sendo que o número total de NEET era pouco menos de 14 milhões, o que equivalia a uma taxa NEET de 14,8% (EUROFOUND, 2016). Apresenta-se na tabela 1, segundo dados do Eurostat, a organização de diferentes grupos, considerando a relação dos jovens com a educação e o trabalho, distribuída por escalões etários.

Tabela 1. Padrões de educação e emprego dos jovens da União Europeia, 2015 (%)

	15 – 19 anos	20 – 24 anos	25 – 29 anos
Só estudam	78.5	33.0	8.2
Estudam e trabalham	11.3	16.9	13.5
Só trabalham	3.7	32.6	58.5
Não estudam Nem trabalham	6.3	17.3	19.7

Fonte: Eurostat, 2016.

Como é natural, se na faixa etária de 15-19 anos a grande maioria dos jovens da UE estava inserida no sistema educativo, o do escalão entre 25-29 anos a maioria estava já no mercado de trabalho. Os jovens entre os 20 e os 24 anos de idade apresentam uma distribuição relativamente uniforme entre a educação e o emprego. Além disso, a proporção de jovens que não se encontra quer no emprego, quer na educação, ou formação (NEET), aumenta consideravelmente com a idade. Números divulgados pela OCDE vêm também corroborar esta tendência: a distribuição NEET por idades indica que os jovens entre os 25 e os 29 anos são os mais representados, sendo responsáveis por 45% dos NEET nos países da OCDE, enquanto os jovens entre os 16 e os 19 anos constituem somente 16% de todos os NEET (CARCILLO, 2015).

Ainda que o tamanho e características da população NEET varie fortemente entre os diferentes Estados-Membros da União Europeia, torna-se, ainda assim, possível identificar alguns padrões comuns, permitindo agrupar os países e dar sentido ao fenómeno NEET em toda a Europa (EUROFOUND, 2012). Uma análise estatística cuidada permitiu organizar 4 *clusters*, integrando grupos de países com um certo grau de semelhança ao nível das características, experiência profissional, sexo, nível de qualificação, etc (figura 1).

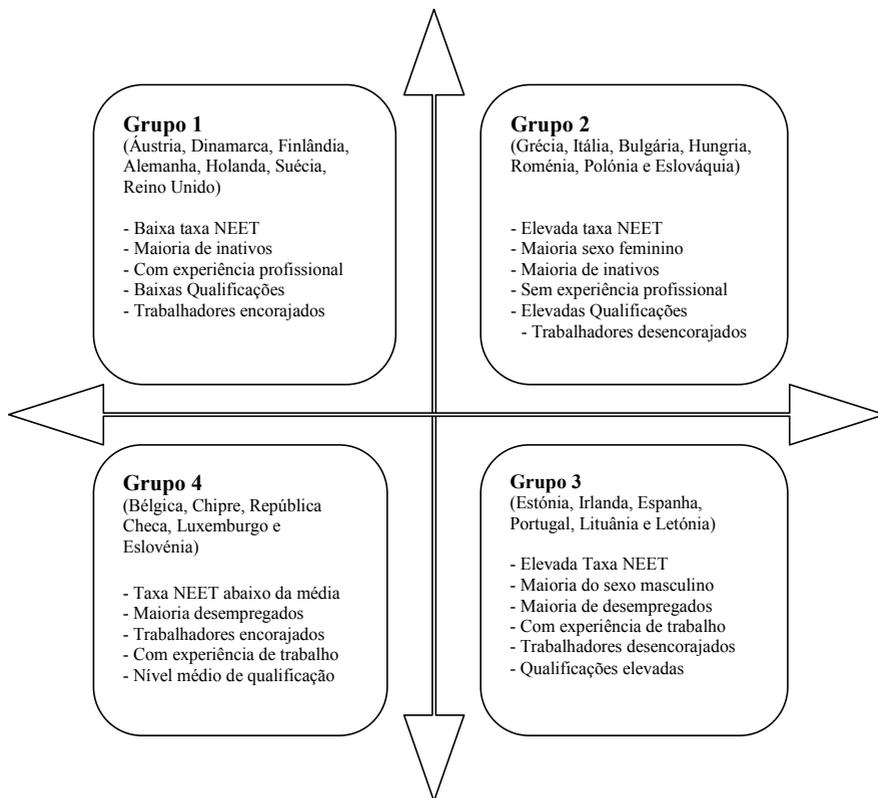


Figura 1: Características dos NEET na União Europeia
Fonte: EUROFOUND (2012)

A OCDE coloca Portugal como um dos países onde a crise económica e financeira teve maior impacto sobre o setor da educação e do acesso dos jovens ao mercado de trabalho, apresentando a décima taxa NEET mais elevada entre os 13 países da OCDE e a quinta da Zona Euro. Os dados divulgados no relatório *Society at a Glance 2014* (OCDE, 2014) revelam que os jovens NEET representam quase 17% da população jovem portuguesa, entre os 15 e os 29 anos, sendo um dos países onde esta realidade mais se agravou. Em menos de uma década, os jovens NEET aumentaram quase 4%. Em 2005 os jovens que não estudavam nem trabalhavam, representavam 12,9% dos jovens entre os 15 e os 29 anos, número

esse que atingiu, em 2012, 16,6% dos jovens nesta faixa etária, estando 11,8% desempregados e os restantes inativos. Dados relativos a 2015 mostram que, em Portugal, a taxa NEET em determinadas faixas etárias encontra-se acima da média da OCDE, como é o caso dos jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos, enquanto a distribuição entre os sexos indica que, ao nível da faixa etária entre os 15 e os 29 anos, o sexo feminino está sobre representado (16,9%), comparativamente ao sexo masculino (13,8%), apresentando uma certa conformidade com o resultado padrão verificado na literatura, que aponta, de forma consistente, para o facto de as taxas NEET diferirem consideravelmente conforme o sexo, sendo tipicamente muito maiores para as mulheres do que para os homens⁷. Um relatório mais recente, sobre a economia portuguesa, elaborado pela OCDE (2017) afirma a existência de baixos salários em Portugal, sublinhando a existência de que mais de 30% das pessoas que trabalham, recebem menos de 600 euros por mês, realçando, igualmente, indicadores sobre a precaridade do trabalho dos jovens, constatando que no escalão de 15-24 anos a percentagem de trabalhadores temporários é superior a dois terços e no escalão 25-44 superior a um quinto. O mesmo relatório coloca, mais uma vez, entre as prioridades que Portugal deve enfrentar, com carácter de urgência, a necessidade de, em simultâneo, combater o abandono escolar precoce e elevar decisivamente o nível de qualificações da população, em geral.

NEET: ALGUNS INDICADORES A PARTIR DE UM ESTUDO PORTUGUÊS

Apresentamos, em seguida, alguns indicadores referentes a um estudo português, que podem nos trazer informação muito pertinente para uma reflexão crítica mais circunstanciada sobre a relação dos jovens adultos com as atividades de educação/formação e o trabalho e, mais especificamente, sobre o fenómeno dos jovens que não estudam nem trabalham, em Portugal, na atualidade. Os dados utilizados para esta análise são provenientes de um estudo longitudinal, em curso desde há mais de vinte anos, na Universidade de Coimbra, cujos participantes se encontravam, na

7 A diferença é maior em países como, por exemplo, a Turquia, o México e o Chile, onde a taxa NEET do sexo feminino é duas a três vezes maior quando comparada com o sexo masculino.

sua esmagadora maioria, no momento desta terceira e mais recente recolha de informação, na segunda metade, da terceira década de vida (SOUSA e FONSECA, 2014). A amostra inicial envolvia três cortes de crianças, do sexo feminino e do sexo masculino, que em 1992-1993 frequentavam os 2º, 4º e 6º ano do ensino básico, nas escolas públicas do município de Coimbra. A seleção desta amostra foi efetuada por etapas, sendo escolhidas, primeiro, 38 escolas e, depois, procedendo-se a uma seleção de turmas, levando em consideração as características dos diferentes estabelecimentos. A penúltima e a última avaliação, apenas envolveram os alunos que então estavam nos 2º e 4º anos, sendo a estes participantes que se referem os dados que agora se apresentam.

Esta avaliação era composta por uma entrevista estruturada que compreendia questões sobre múltiplos aspetos da condição de jovens e adultos, incluindo uma recolha de informação sobre os percursos educativos e a relação com o trabalho, que será utilizados para uma melhor descrição e compreensão, em termos comparativos com os outros grupos, da situação do grupo de jovens que não estudam nem trabalham. Para as questões que interessavam ao nosso estudo, a amostra é constituída por 705 jovens adultos, com idades que variam entre os 25 e 34 anos, o que se justifica pelo facto de no primeiro momento de avaliação, alguns destes jovens já registarem retenções.

Na tabela 2 apresenta-se uma caracterização geral desses participantes, agregados em quatro grupos, tal como aparece na publicação do Eurostat (cf. tabela1). Na constituição dos grupos teve-se em conta se os participantes, nos últimos seis meses, tiveram trabalho remunerado e/ou se estiveram envolvidos em alguma atividade educativa e/ou de formação profissional. Encontramos, assim, quatro grupos: 1 – trabalham, integrado por 430 participantes, correspondendo a 86% do total da amostra; 2 – trabalham e estudam, com 172 participantes, constituindo 19.2% do total; 3 – só estudam, com 57 participantes, com peso percentual de 7.5%; 4 – não estudam nem trabalham, integrado por 46 participantes, com uma percentagem de 6.5%, do total da amostra. Para cada um dos grupos indica-se o número de participantes que o integram, desagregado por sexo, com o respetivo peso percentual. Como podemos verificar, a percentagem dos que não estudam nem trabalham é bastante inferior à média nacional, da União Europeia e dos países da OCDE,

enquanto o grupo dos que apenas trabalham é percentualmente muito superior. Ainda que, neste texto, apenas nos interesse desenvolver uma comparação intergrupos, vale a pena sublinhar que os jovens do sexo masculino apenas não estão em maioria no grupo dos que trabalham e estudam.

Tabela 2: Caracterização geral dos quatro grupos

	Trabalham		Trabalham e estudam		Só estudam		Não estudam Nem trabalham		
	F	%	F	%	F	%	F	%	
Número de participantes	H	225	52.3	71	41.3	33	57.9	30	65.2
	M	205	47.7	101	58.7	24	42.1	16	34.8
	T	430	100	172	100	57	100	46	100

Nota: H = Homem; M = Mulher; T = Total por grupo

Na tabela 3, indicamos as médias e os desvios-padrão, das idades dos participantes de cada grupo, dos anos de escolaridade que eles atingiram e do número de retenções que tiveram, ao longo dos seus percursos escolares, apontando, igualmente os resultados de uma análise de variância, que compara as médias dos diferentes grupos, seguida de testes *post hoc*, para comparação entre pares de grupos. Como pode-se constatar, o grupo dos NEET tem uma média de idades significativamente superior ao dos que estudam e ao dos que estudam e trabalham, mas não difere significativamente, do grupo dos que trabalham. Por sua vez, o grupo dos que trabalham e estudam registra uma média de idades significativamente inferior à dos que só trabalham, enquanto o grupo dos que apenas estudam tem, igualmente, uma média de idades significativamente inferior ao do grupo dos que trabalham. Do mesmo modo, verifica-se que os NEET registam uma média de anos de escolaridade significativamente inferior à dos outros três grupos e, como seria expectável, o grupo dos jovens que estudam e o grupo dos que estudam e trabalham não registam diferenças significativas entre si, mas ambos apresentam médias superiores ao grupo dos que trabalham. Para o caso das retenções, importa registar que os NEET se diferenciam significativamente apenas em relação aos que trabalham e estudam, os quais, por sua vez, apresentam médias inferiores a todos os grupos.

Tabela 3: Comparação dos quatro grupos de participantes na idade, número de anos de escolaridade e número de retenções ao longo do percurso educativo (Médias e desvios-padrão)

	Trabalham (1)	Trabalham e estudam (2)	Só estudam (3)	Não estudam Nem Trabalham (4)	Sentido das Diferenças Entre grupos*
Idades	28.1 (1.83)	27.4 (1.74)	27.2 (2.06)	28.4 (1.88)	1 > 2 e 3 4 > 3 e 2
Anos de Escolaridade	12.3 (3.68)	14.7 (3.36)	14.2 (3.66)	10.6 (4.11)	4 < 1, 2 e 3 1 < 2 e 3
Nº Retenções	1.7 (1.34)	1.4 (1.35)	1.9 (1.52)	2.0 (1.33)	2 < 1, 3 e 4

Nota: Entre parênteses encontram-se os desvios-padrão

*Valor do teste F estatisticamente significativo ($p < .05$)

Na tabela 4 apresenta-se o nível de escolaridade atingido pelos participantes dos diferentes grupos. Como se pode verificar, o grupo dos NEET apresenta os valores percentuais mais elevados nos níveis mais baixos de escolaridade e os valores percentuais mais baixos, nos níveis mais elevados. Será, então, legítimo retirar a conclusão que os participantes do grupo dos NEET abandonaram a escola muito mais cedo, mas, mesmo assim, ainda há 21.7% que concluiu o ensino superior e, no momento da entrevista, não trabalhava, nem estudava, há mais de seis meses.

Tabela 4: Comparação dos quatro grupos no nível de escolaridade concluído pelos participantes

	Trabalham	Trabalham e estudam	Só estudam	Não estudam Nem trabalham
Menos que 9º ano	10.7%	3.5%	8.8%	26%
Mais que 9º e menos que 12º	29.1%	11.6%	8.8%	41%
12º completo	23%	13.4%	1.8%	6.5%
Frequência ensino Superior	4.4%	19.2%	43.9%	4.3%
Superior completo	32.6	52.2%	36.8	21.7%

Na tabela 5, registamos o Nível de escolaridade ou atividade de formação profissional em que referem estar envolvidos os

participantes dos grupos dos que trabalham e estudam e dos que só estudam. No caso dos que trabalham e estudam, pode assinalar-se o número dos que frequentam o ensino superior, em cursos de graduação; no caso dos que disseram que apenas estudavam, contactou-se que um número muito significativo se encontra a frequentar cursos de formação profissional. Sabendo-se que as políticas públicas de gestão do emprego, em Portugal, envolvem, muitas vezes de maneira (mais ou menos) obrigatória, os que se inscrevem à procura de emprego, em ofertas públicas de formação, este último indicador pode registar influências diretas desta situação, colocando no grupo dos que estudam, pessoas que se encontram à procura de emprego.

Tabela 5: Comparação do grupo que trabalha e estuda com o grupo que só estuda, no nível de escolaridade que frequentam, ou atividade de formação profissional em que estão envolvidos

	Trabalham e estudam	Só estudam
Ensino Básico	3	1
Ensino Secundário	5	2
Formação Profissional	16	75
Ensino Superior (graduação)	37	37
Pós graduação	1	14

Na tabela 6 indica-se o número de empregos por que afirmaram já ter passado os participantes dos grupos que trabalham e trabalham e estudam. Em qualquer dos casos, pode verificar-se que mais de metade já passou por três, ou mais, empregos, o que sugere uma tendência para situações de maior precarização.

Tabela 6: Comparação dos grupos dos que trabalham e dos que trabalham e estudam em relação ao número de empregos que já tiveram

	Trabalham	Trabalham e estudam
Nenhum emprego anterior	5.9%	8.8%
Um emprego anterior	18.8%	23.4%
Dois empregos anteriores	21.8%	15.2%
Três, ou mais, empregos anteriores	53.5%	52.6%

Na tabela 7 apresentam-se os valores médios dos salários dos participantes e a percentagem dos que recebem um salário inferior a 600€, para os mesmos grupos da tabela anterior. Como podemos constatar, o grupo dos que só trabalham recebe salários, em média, como revelou a análise de variância, significativamente inferiores, sendo que também tem uma maior percentagem de salários abaixo dos 600€, ainda que 26.1% do outro grupo se encontre na mesma situação.

Tabela 7: Comparação dos grupos dos que trabalham e dos que trabalham e estudam nos valores médios dos salários e na percentagem dos que recebem menos que 600€ por mês

	Trabalham	Trabalham e estudam
Salário Médio	795.6€	1026.1€
Percentagem de salários Inferiores a 600€	36.3%	26.1%

Na tabela 8 (próxima página) registamos, para os diferentes grupos, as médias do nível de escolaridade dos pais e das mães dos participantes do estudo, bem como o seu nível ocupacional⁸. No nível de escolaridade dos pais, não encontramos diferenças significativas entre os grupos dos NEET e dos que Trabalham, sendo que ambos os grupos têm pais com um nível de escolaridade significativamente inferior ao dos outros dois grupos. Em relação ao nível de escolaridade da mãe a situação é, em tudo semelhante à anterior. No que diz respeito ao nível ocupacional do pai as diferenças registadas na tabela são devidas exclusivamente às diferenças estatisticamente significativas decorrentes da comparação da média dos NEET, com os que trabalham e estudam, com um valor superior para os primeiros. Por último, em relação às diferenças significativas encontradas nas médias do nível ocupacional da mãe, verificamos que elas se devem ao fato de o grupo dos NEET e dos que trabalham registarem valores significativamente superiores aos dos outros dois grupos.

Por fim, na tabela 9 indicamos as respostas à questão: a que distância considera estar da realização dos seus objetivos profissionais. Havendo diferenças significativas entre os quatro grupos, elas devem-se ao fato das médias dos grupos dos NEET e 81 corresponde a profissões liberais e de formação inicial ao nível do ensino superior, crescendo até 9 para ocupações apenas com necessidade de ensino básico e 10 para situações de sem emprego

Tabela 8: Comparação dos quatro grupos no número de anos de escolaridade e nível ocupacional dos pais e das mães (Médias e Desvios-padrão)

	Trabalham (1)	Trabalham e estudam (2)	Só estudam (3)	Não estudam Nem Trabalham (4)	Sentido das Diferenças Entre grupos*
Nível Escolaridade Pai	6.6 (3.4)	8.2 (3.6)	9.0 (3.7)	6.5 (3.8)	4 < 2 e 3 1 < 2 e 3
Nível Escolaridade Mãe	6.4 (3.4)	8.0 (3.8)	8.7 (3.9)	6.3 (3.9)	4 < 2 e 3 1 < 2 e 3
Nível Ocupacional Pai	6.1 (2.6)	5.7 (2.8)	6.0 (2.9)	6.7 (2.5)	4 > 2
Nível Ocupacional Mãe	7.4 (2.8)	6.3 (3.2)	6.1 (3.0)	7.3 (2.9)	1 e 4 > 2 e 3

Nota: Entre parêntesis encontram-se os desvios-padrão

*Valor do teste F estatisticamente significativo ($p < .05$)

dos que apenas estudam serem ambas significativamente inferiores às dos outros dois grupos, sem registarem diferenças entre si.

Tabela 9: Comparação entre grupos ao nível da distância em relação aos objetivos profissionais⁹

	Trabalham (1)	Trabalham e estudam (2)	Só estudam (3)	Não estudam Nem trabalham (4)	Sentido das Diferenças Entre grupos*
Objetivos profissionais	5.3 (2.0)	5.1 (1.9)	4.3 (2.4)	3.8 (2.3)	3 e 4 > 1 e 2

Nota: Entre parêntesis encontram-se os desvios-padrão

*Valor do teste F estatisticamente significativo ($p < .05$)

DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Começa a revelar alguma persistência a evidente e progressiva dificuldade, por parte das novas gerações em encontrarem situações de transição bem-sucedidas entre a escola e o que a OIT vem chamando de trabalho digno, ou trabalho decente. Na verdade, têm

9 Escala utilizada: 1: muito longe de conseguir; ... até 10: conseguidos

vindo a ser incrementadas formas de trabalho precário (REIKO, 2005) e de baixos rendimentos (STONE III, 2014) que, quer a revisão dos relatórios internacionais, quer os resultados do estudo português, aqui apresentado, tendem a corroborar. Mais que isso e, em consequência das imposições determinadas pelos modelos económicos mais influentes e poderosos, é cada vez mais difícil, para um número mais vasto de jovens adultos, conseguir aceder a qualquer experiência de trabalho remunerado, começando a engrossar o grupo, heterogéneo, dos que, nesta fase da vida, não estudam, por falta de recursos, motivação, ou dificuldade em encontrar retorno pessoal e social desse investimento, e não trabalham, porque não encontram qualquer tipo de oportunidades, ou não conseguem encontrar soluções que se enquadrem minimamente nas expectativas que os seus percursos foram criando. Ficou evidente nos resultados aqui apresentados que a educação formal continua a ser um fator determinante na constituição destes grupos e no desenvolvimento destes processos de transição. Verificamos que no grupo dos que não estudam nem trabalham existe uma sobre representação de jovens adultos que abandonaram precocemente a escola e, simultaneamente, um número significativo e crescente de jovens com formação superior. Ainda que necessitemos de outros estudos para compreender estes fenómenos, de uma maneira mais circunstanciada, não podemos deixar de nos interrogar se a escola não continua a colaborar ativamente num processo seletivo, de constituição de uma pirâmide social exageradamente afunilada, e se as diferentes vias que vem oferecendo, apesar de multiplicarem possíveis fatores de sucesso, ao longo dos percursos educativos, se baseiam nos mesmos critérios de credibilidade e reconhecimento social.

Por outro lado, uma vez que o nosso estudo reforça a ideia de que são os jovens com pais e mães com níveis mais baixos de escolaridade que abandonam mais precocemente a sua ligação a atividades educativas, vão mais cedo para o trabalho e estão mais presentes no grupo dos que não estudam nem trabalham, será legítimo perguntarmo-nos sobre as reais dificuldades que a escola vai encontrando para promover formas progressivas de maior equidade, ajudando, em geral, e pelo contrário, a aprofundar diferenças promotoras de situações de grande injustiça, de que são exemplos impressionantes os que se referem à precarização do emprego, à míngua de rendimentos para enfrentar vidas com o mínimo de autonomia

e à incapacidade de contribuir para um adequado planeamento e implementação de projetos de vida realistas e desafiantes. Apesar de no caso do estudo português não se verificar uma diferença muito significativa entre sexos, não podemos deixar de assinalar a dimensão que este problema continua a assumir noutras situações, apesar de um aumento generalizado da escolaridade.

Ainda que alguns países e blocos transnacionais estejam a revelar particular atenção a estes problemas, as respostas políticas que têm vindo a ser encontradas, até por sugestão de organismos internacionais, vem passando pelo combate ao abandono escolar precoce, pelo investimento no aumento das qualificações e por medidas de apoio à (re)inserção profissional. Em relação às duas primeiras, quer os relatórios da União Europeia, quer o nosso estudo, coligem algumas evidências que nos levam a acreditar que essas iniciativas, se podem constituir-se como condição necessária, dificilmente poderão conformar uma condição suficiente. Sem considerar uma dimensão mais holística e humanizadora da educação e da formação, promovendo a mesma dignidade para as diferentes vias e associando-as a processos de solidariedade contratual generalizada, dificilmente conseguiremos reunir contributos decisivos para resolver os problemas identificados. No caso das medidas de apoio às transições para (e no) trabalho, o que assistimos é que elas tendem a revelar alguma eficácia na consolidação de diferentes formas de paz social, mas têm revelado, até pela persistência dos problemas, uma dificuldade evidente para atuar sobre as causas. Também aqui as soluções necessitam de maior integração e arrojo político contra hegemónico.

Se é verdade que o trabalho continua a ser um fator estruturante para as pessoas e as comunidades e um fator determinante para qualquer forma de inclusão, as sociedades atuais necessitam de clarificar, compreender e agir melhor, no que se refere aos problemas que as gerações de jovens adultos vêm enfrentando na atualidade. Precisamos pesquisar mais e produzir mais conhecimento para ajudar a encontrar as melhores soluções políticas. Principalmente, precisamos de continuar a questionar a relação, sempre controversa, entre a educação e o trabalho, sabendo que daí podem advir os contributos mais decisivos para as melhores soluções. Entretanto, deveremos começar a exigir que, quer a educação, quer o trabalho contribuam para a formação continuada de cidadãos/ãs

e trabalhadores/as mais autónomos e responsáveis, por si e pelos que consigo interagem, capazes de agir politicamente no sentido da construção de sociedades mais justas.

EDUCATION AND (NOT) WORK: INQUIRIES ABOUT AN ALWAYS CONTROVERSIAL RELATIONSHIP, REGARDING NEET'S

ABSTRACT

The relationship between formal education and productive work, one of the most identifiable dimensions of modernity, has always been subject of a great controversy, which has been renewed and expanded, regarding the most atypical forms that have been taking over, more recently, the transitions of Young adults to the labor market. As a result of the global evolution of the markets and economic systems, a growing number of young people, who have dropped out of school are finding it difficult to find decent work. In this paper, based on a documentary review of this situation in the European Union and in countries on different continents, along with the presentation of a Portuguese study, we draw some conclusions that allow us to continue to develop an informed inquiry about the relationship between education and work.

Keywords: Relationship between school and work. Emerging adulthood. NEET.

REFERÊNCIAS

BECK, Ulrich. *O que é a globalização*. Equívocos do globalismo, respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999

BENJET, Corina, HERNÁNDEZ-MONTOYA, Dewi, BORGES, Guilherme., MÉNDEZ, Enrique, MEDINA-MORA, Maria Elena. e AGUILAR-GAXIOLA, Sergio. Youth who neither study nor work: Mental health, education and employment. *Salud Pública de México*, V.54 N°.4, p. 410-417, jul-ago, 2012.

BERMÚDEZ-LOBERA, Juan. Las transiciones a la adultez de los jóvenes que no estudian ni trabajan (ninis) en México, 2010. *Papeles de población*, V. 20 N°. 79, p. 243-279, jan-mar, 2014.

CARCILLO, Stephane, FERNANDEZ, Rodrigo, KONIGS, Sebastian. e MINEA, Andreea (2015). *NEET Youth in the Aftermath of the Crisis: Challenges and Policies*. Paris: OCDE, 2015.

Educação e (não) trabalho: indagações... - Luís Alcoforado et al.

- CARDOZO, Jenny Carolina, ARIAS, Adriana Carolina, ESPINEL, Jaime Andrés. Factores asociados a la exclusión educativa y laboral de los adolescentes colombianos, *Revista de Economía del Caribe*, 17, p. 64-89, jan-jun, 2016.
- CASTEL, Robert. *Metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998
- DUBAR, Claude. *A Socialização. Construção de identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora, 1997
- EBERSOLD, Serge. *La naissance de l'inemployable*. Rennes: PUR, 2001.
- EUROFOUND. *Exploring the diversity of NEETs*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2016.
- EUROFOUND. *NEETs – Young people not in employment, education or training: Characteristics, costs and policy responses in Europe*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2012.
- EUROFOUND. *Young people and NEET's in Europe: First Findings*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2011.
- EUROSTAT. Education, employment, both or neither? What are young people doing in the UE?, *Newsrelease*, 155, p. 1-4, ago, 2016.
- EUROSTAT. *Being young in Europe Today*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2015.
- GUIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Lisboa: FCG, 1997
- HABERMAS, Jürgen. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 2000.
- MÉDA, Dominique. *O Trabalho, um valor em vias de extinção*. Lisboa: Fim de século, 1999
- NEFF, Walter. *Work and human behavior*. Nova Iorque: Aldine, 2006
- .OCDE (2014). *Society at a Glance*. Paris: OCDE Publishing,.
- OCDE (2017). *Estudos Económicos da OCDE, Portugal 2017*. Aumentar o crescimento e bem-estar. Lisboa: OCDE.
- OOMEN, Annemarie. & PLANT, Peter. (2014). *Early School Leaving and Lifelong Guidance*. Jyväskylä: Finnish Institute for Educational Research.
- SACHDEV, Darshan., HARRIES, Bethan, e ROBERTS, Thomas. *Regional and sub-regional variation in NEETs – reasons, remedies and impact*. Londres: Learning and Skills Development Agency, 2006.
- SOUSA, Bruno e FONSECA, António Castro. Tornar-se Adultos em Portugal no início do século XXI: elementos para um retrato. In António Castro Fonseca (Ed.). *Jovens Adultos*, p. 65 - 86. Coimbra: Almedina, 2014.
- STONE III, James R. Trajetórias para uma vida adulta produtiva, através do ensino profissional: uma abordagem de desenvolvimento de carreira para o século XXI. In António Castro Fonseca (Ed.). *Jovens Adultos*, Coimbra: Almedina, p. 263 – 292, 2014.

Educação e (não) trabalho: indagações... - Luís Alcoforado et al.

STROMQUIST, N, *Education in a globalization world*. Maryland: Rowman & Littlefield, 2002

REIKO, Kosugi. Youth Employment in Japan's Economic Recovery: 'Freeters' and 'NEET's'. *The Asia-Pacific Journal*, V.4 N°. 5, p. 1-5, mai, 2006.

YUJI, Genda. Jobless Youths and the NEET Problem in Japan, *Social Science Japan Journal*, V. 10, N° 1, p. 23-40, mai, 2007.

WALLERSTEIN, I, *Capitalismo histórico y movimientos antisistémicos: un análisis de sistemas mundos*. Madrid: Akal, 2004.

Recebido em: 30 de agosto de 2017
Aprovado em 17 de outubro de 2018